nº especial

Desenvolvimento Curricular e Didática

Estudos sobre as políticas educacionais e o ciclo de políticas na perspectiva de Ball e Bowe

Luciane Viegas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
lucianeviegas202@gmail.com

Resumo

Trata-se de um estudo teórico, o qual investiu na reflexão baseada em pesquisas que abordam a temática das políticas públicas educacionais, tendo como um referencial prioritário a abordagem do ciclo de políticas segundo as proposições de Ball e Bowe. A pesquisa objetivou identificar elementos do ciclo de políticas que contribuem para a compreensão dos processos de formulação e de implementação das políticas públicas educacionais. Os estudos realizados que adotam esta abordagem demonstram que na análise de ressignificação interpretativa dos textos das políticas e na gênese das políticas locais, observou-se uma reconfiguração considerável, orientada pelos embates e pressões oriundos dos diferentes discursos dos atores locais envolvidos na formulação e na implementação das políticas públicas educacionais. Conclui-se que a perspectiva do ciclo de políticas contribui na análise dos contextos do processo de formulação de uma política, que abarcaria as influências dos diferentes grupos envolvidos. Da mesma forma, na implementação, o contexto da produção do texto, que normalmente é articulado com a linguagem do interesse público mais geral e se constitui como resultado de disputas e acordos, precisa ser considerado na análise nessa abordagem. E, por último, considera-se o contexto da prática, que é onde a política está sujeita a interpretações e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política inicial.

Palavras Chave: ciclo de políticas; políticas educacionais; políticas públicas.

Abstract

The present study aims to indentify elements of the cycle of policies that contribute for the understanding of the processes of development and implementation of public educational policies. It is a theoretical study, which has invested upon a reflection based on researches approaching topics of public educational policies, having as a major reference the approach of the cycle of policies according to the proposals of Ball and Bowe. The performed studies that take this approach show that, in the reframing interpretative analysis of the texts on the policies and the production of local policies, could be observed the presence of a significant reconfiguration, led by the confronts and tensions arising from the elements involved on the development and implementation of the public educational policies. The conclusion was that the perspective of the cycle of policies contributes for the analysis of the contexts of the process of a policy development, which could comprehend the influence of the different groups involved. In the same way, in the implementation, the context of the production of the text, which is usually articulated with the language of the most general public interest and is constituted as a result of arguments and agreements, needs to be considered in the analysis on this perspective. And, at last, it is considered the context of the practice, which is

Indagatio Didactica, vol. 6(3), outubro 2014 ISSN: 1647-3582

where the policy is liable to interpretations and rebuilding and where the policy produces affects and consequences that can represent significant changes and transformations in the original policy.

Keywords: cycle of policies; educational policies; public policies.

Resumen - Este estudio tiene como objetivo identificar los elementos del ciclo de las políticas que contribuyen a la comprensión de los procesos de formulación e implementación de políticas educativas. Se trata de un estudio teórico, que invirtió en base a la investigación abordar el tema de las políticas públicas de educación, tomando como referencia la prioridad del enfoque de ciclo de las políticas de acuerdo con las proposiciones de Ball y Bowe reflexión. Los estudios que adoptan este enfoque muestran que el análisis reformulación interpretativa de los textos de política y la producción de las políticas locales, se produjo una reconfiguración significativa, sobre la base de los enfrentamientos y las tensiones que surgen de los diferentes discursos de los actores locales involucrados en la formulación e implementación las políticas educativas. Llegamos a la conclusión de que la perspectiva del ciclo de las políticas contribuye al análisis de los contextos del proceso de formulación de políticas, que abarcarían las influencias de los diferentes grupos implicados. Asimismo, la ejecución, el contexto de la producción del texto, que por lo general está relacionado con el lenguaje del interés público más amplio y es como resultado de disputas y acuerdos, debe tenerse en cuenta en el análisis desde esta perspectiva. Y por último, tenemos en cuenta el contexto de la práctica, que es donde la política está sujeta a interpretación y recreación y donde la política entra en vigor y las consecuencias que pueden representar cambios y transformaciones significativas en la póliza original.

Palabras clave: ciclo políticas; políticas educativas; políticas públicas.

Introdução

Os estudos sobre políticas educacionais vêm se configurando no Brasil como um campo distinto e em busca de consolidação. Não se sustenta, neste texto, uma visão linear e racional do processo de elaboração e de implementação de políticas, já superado por visões menos fragmentadas e mais dinâmicas de como se constituem as políticas educacionais (Mainardes, Ferreira, Tello, 2011).

Trata-se de um estudo de caráter teórico em que se pretende identificar elementos do ciclo de políticas que contribuem para a compreensão dos processos de formulação e de implementação das políticas públicas educacionais. Nessa perspectiva, o olhar do pesquisador é fundamental para que se determine o enfoque sob o qual se investigará determinado fenômeno, pois o mesmo está implicado na perspectiva teórico-analítica adotada. Quando se assume um enfoque como uma perspectiva que se toma para analisar algo, composta por um conjunto de perguntas, com vocabulário específico e com hipóteses adotadas como ponto de partida de análise e com regras de procedimento para chegar a conclusões sobre o investigado, estabelece-se um referencial teórico-analítico (Losada, 2010).

Desta forma, este artigo pretende identificar elementos da abordagem do ciclo de políticas, no intuito de compreender as possibilidades de utilizar a mesma como perspectiva de análise para as pesquisas que tratam da elaboração e da implementação das políticas educacionais.

nº especial

Desenvolvimento Curricular e Didática

Indagatio Didactica, vol. 6(3), outubro 2014 ISSN: 1647-3582

Neste sentido, utiliza-se de uma pesquisa bibliográfica, não somente do referencial de Ball e Bowe (1992, 1994, 2006), além de Mainardes (2006a, 2013) e outros teóricos que tratam da abordagem do ciclo de políticas, mas se propõe a buscar investigações que utilizaram esta perspectiva de análise em diferentes estudos acerca das políticas públicas no contexto educacional. Segundo Ball (2009), o ciclo de políticas[1] é uma maneira de pesquisar e teorizar as políticas e não diz respeito à explicação das mesmas. Desta forma, entende-se este processo de formulação de políticas como um ciclo contínuo, no qual as políticas são formuladas e recriadas.

O texto também apresenta, no contexto brasileiro, pesquisas realizadas no âmbito da formulação e da implementação de políticas públicas educacionais que adotam o ciclo de políticas como perspectiva teórico-analítica.

Fundamentos do Ciclo de Políticas Segundo Ball e Bowe

Ball (1994) defende, em seus estudos sobre as políticas curriculares da década de 1990, um modelo de análise das políticas curriculares inglesas que busca conectar as propostas curriculares e o modelo de produção econômica que o governo adotou no país. Desta forma, defende o modelo analítico baseado na ideia de que as políticas curriculares constituem *um conjunto de "textos (representações) e discursos (práticas); estão imersas numa rede de discursos; não são independentes da história; têm seus sentidos modificados pela migração de textos e discursos de um contexto a outro, por processos de recontextualização que produzem híbridos culturais*" (Oliveira, Leite, 2011).

Considera-se que este modelo de análise proposto por Ball (1994) torna a política educacional "viva", em movimento, em constante mudança, conforme os atores sociais que interagem, modificam e transformam os contextos da educação. Os textos e os discursos ganham força dependendo da concepção dos envolvidos em determinado momento histórico, considerando os interesses e as relações de poder que se instituem nos processos de recontextualização das políticas nacionais e locais.

Os estudos de Ball e Bowe (1992) destacam os processos micropolíticos e a necessidade de conectar as instâncias micro e macro nas pesquisas. Os autores tensionam as análises que ressaltam de forma demasiada o papel do Estado na compreensão das relações entre elaboração e os efeitos da política. Contribuem também para tornar a ideia de ciclo contínuo menos hierarquizada, pois enfatizam a interrelação dos contextos, definindo cada um deles como arenas, lugares e grupos de interesse, envolvendo disputas e debates (Ball, Bowe, 1992).

Nesse contexto, a perspectiva teórica do ciclo de políticas considera a ação do sujeito um aspecto primordial para a compreensão das políticas e destaca a fluidez do poder pelos diferentes atores sociais. Destaca-se a importância de analisar o discurso das políticas, pois a formulação das políticas é vista como uma arena de disputa por significado ou "políticas do discurso". A ênfase, portanto, é colocada no processo de formulação das políticas, e política é compreendida como um debate entre diferentes atores para definir objetivos em que a linguagem, o discurso, são usados implicitamente (Mainardes, Ferreira, Tello, 2011).

Barretto (2009) utiliza a abordagem de Ball (1994) e destaca a importância de situar as políticas

[1] Neste estudo, o ciclo de políticas refere-se unicamente à abordagem de Ball e Bowe [5].

Indagatio Didactica, vol. 6(3), outubro 2014 ISSN: 1647-3582

de educação no conjunto das políticas sociais contemporâneas e menciona a necessidade de apropriação de conceitos e teorias do campo das ciências políticas. Esta autora afirma que na tradição de análise da trajetória das políticas, procura-se reconhecer que grupos sociais apresentam determinada demanda, em meio a tantas outras disputas da sociedade, passa a afazer parte da agenda política. Neste contexto, os grupos sociais se mobilizam para defender posições, neutralizá-las, refutá-las. As negociações político-partidárias, as pressões de entidades diversas, entre outros elementos constituem um amplo processo de formulação das políticas públicas educacionais.

A abordagem do ciclo de políticas constitui-se como um referencial útil para a avaliação de programas e políticas educacionais, "[...] *uma vez que permite uma análise crítica da trajetória de políticas educacionais desde sua formulação inicial até a implementação no contexto da prática e seus efeitos*" (Mainardes, 2006a, p. 48). Dessa forma, o que os atores sociais envolvidos pensam e acreditam tem implicações no processo de implantação das políticas. Entende-se que tal perspectiva de análise seja adequada para o âmbito da pesquisa educacional, na medida em que, na pesquisa de campo, a consideração das peculiaridades e da percepção dos gestores envolvidos nos processos de tomada de decisão, nos cotidianos das escolas, pode ser fundamental para identificar, por exemplo, os princípios orientadores das políticas atuais que repercutem na gestão pública educacional.

Neste sentido, é importante atentar para os "*recortes, deslizamentos, mudanças de sentido, priorização de certos aspectos, omissão de outros*" (Barretto, 2009, p.9), pois eles respondem às necessidades do Estado ou da sociedade para responder às demandas trazidas pela discussão do teor da política pública educacional.

Considerando essa perspectiva teórica, Mainardes (2006a) critica a visão prevalente de que a política é algo que é "feito" para as pessoas. Como primeiros beneficiários, as pessoas praticam as políticas e são afetadas pelas mesmas. A abordagem de Ball (1994, 2006) defende que as políticas colocam problemas para seus sujeitos, problemas que precisam ser resolvidos no contexto. Dessa forma, "[...] *as políticas normalmente não nos dizem o que fazer, elas criam circunstâncias nas quais o espectro de opções disponíveis sobre o que fazer é reduzido ou modificado ou nas quais metas particulares ou efeitos são estabelecidos*" (Ball, 2006, p. 26).

A perspectiva do autor pressupõe que as respostas às políticas precisam ser construídas no contexto, contrapostas e balanceadas por outras expectativas, abrindo possibilidade de ação social criativa. Para Ball (2006, p. 27), os efeitos das políticas são "*sentidos nos fatos sociais básicos da pobreza, da opressão, da desigualdade*". Ele afirma que é preciso conseguir "*capturar a interação complexa de identidades, interesses, coalizões e conflitos nos processos e atos das políticas*" (Ball, 2006, p. 27).

Mainardes (2006a) realiza estudos que apontam que o foco de análise de políticas deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Isto, segundo Mainardes (2006a, 50), envolve "*identificar os processos de resistência, acomodação, subterfúgios e conformismo dentro e entre as arenas da prática e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas*".

Nesse sentido, os contextos do processo de formulação de uma política abarcariam as influências dos diferentes grupos envolvidos; as redes sociais, dentro e em torno de partidos políticos, do

Indagatio Didactica, vol. 6(3), outubro 2014 ISSN: 1647-3582

governo e do processo legislativo; bem como as agências que exercem influência sobre o processo de criação de políticas nacionais. Caberia, na análise, também, o contexto da produção do texto, que normalmente é articulado com a linguagem do interesse público mais geral e se constitui como resultado de disputas e acordos, pois os grupos competem para controlar as representações da política. E, por último, o contexto da prática, que é onde a política está sujeita a interpretações e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original (Mainardes, 2006a).

Oliveira e Lopes (2011, p. 22) afirmam que Ball (2006) ainda propõe a inclusão de dois outros contextos à sua estrutura conceitual de análise de políticas: "*o contexto dos efeitos/resultados e o contexto da estratégia política*", estes pouco utilizados nas pesquisas do campo curricular.

Entende-se que na abordagem de Mainardes (2013), o ciclo de políticas admite que os professores, gestores e demais envolvidos exerçam um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, neste sentido, seria uma das possibilidades para avaliar a implantação das políticas nacionais para a educação. Ressalta-se que o que os professores e gestores pensam e acreditam tem implicações determinantes quanto ao processo de implementação das políticas educacionais. Assim, conforme esse autor, o texto das políticas terá uma pluralidade de leituras, em razão da pluralidade de leitores, o que abre espaço para o entendimento da complexidade e abrangência de uma proposição política, bem como da arena em que conflituam diferentes perspectivas.

Os embates e as disputas ocorrem em todos os níveis e em todas as arenas do contexto educacional envolvido na formulação e implementação de políticas: nos conselhos regionais, conselhos escolares, comissões das escolas responsáveis pelos recursos, dentre outros. Analisa-se o contexto referente aos antecedentes e pressões que geraram determinadas políticas, incluindo-se fatores econômicos, sociais e políticos que elevaram a questão a ser inserida na agenda política (Mainardes, Ferreira, Tello, 2011).

Metodologia do Ciclo de Políticas

O presente estudo pautou-se em uma revisão bibliográfica acerca da perspectiva "ciclo de políticas", de acordo com Ball e Bowe (1992), no intuito de identificar elementos da abordagem do ciclo de políticas, no intuito de compreender as possibilidades de utilizar a mesma como perspectiva de análise para as pesquisas que tratam da elaboração e da implementação das políticas educacionais.

Desta forma, além de texto dos autores que fundamentam teoricamente tal abordagem, estudiosos da perspectiva do ciclo de política no Brasil foram trazidos, além de pesquisadores na área da educação que utilizaram tal abordagem em suas pesquisas.

Ball e Bowe (1992), inicialmente, caracterizaram o processo político introduzindo o conceito de "ciclo contínuo" constituído por três arenas políticas: a política proposta, a política de fato (textos políticos e legislativos) e a política em uso. No entanto, logo a seguir deram-se conta de que estes conceitos não poderiam ser tratados de forma estanque e restrita, uma vez que a formulação e a implementação das políticas, segundo eles, não poderiam ser separadas em fases. Os autores consideram que os profissionais que atuam nas diferentes instâncias educacionais fazem parte do

Indagatio Didactica, vol. 6(3), outubro 2014 ISSN: 1647-3582

ciclo contínuo e tem papel ativo no processo como um todo.

Nesta linha, os autores propuseram um ciclo continuado constituído de três contextos principais: contexto de influência, contexto da produção do texto e o contexto da prática. Isto envolve identificar os processos de "*acomodação, subterfúgios e conformismo dentro e entre as arenas da prática e o delineamento de conflitos e disparidades entre discursos nessas arenas*" (Mainardes, 2006b, p.96). Qualquer pesquisa, portanto, que se proponha a utilizar o ciclo de políticas não encontrará um caminho metodológico linear para buscar respostas às questões formuladas, uma vez que a complexidade de contextos, de interesses, de meandros na arena política constitui inúmeras possibilidades de análise para o pesquisador.

Ball e Bowe (1994) apresentaram também o contexto dos resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política. Neste sentido, as políticas deveriam ser analisadas em seus efeitos, impactos e interações com as necessidades sociais. Além disto, a análise da estratégia política traz uma gama de aspectos que precisariam ser considerados neste contexto a fim de lidar com os problemas identificados, com embates e situações sociais específicas.

Assim, a simplicidade e a linearidade proposta em outros modelos de análise de políticas são substituídas pela complexidade do ciclo de políticas, que se propõe a estabelecer uma ligação entre o micro e o macro pela formulação de um referencial analítico que incorpora ambas dimensões, de forma multifacetada e dialética (Mainardes, 2006b).

Este autor ainda afirma que a abordagem do ciclo de políticas permite a utilização de diferentes estratégias de coleta de dados, uma vez que os cinco contextos do ciclo demandam diferentes formas de pesquisa, tais como: "análise de documentos, entrevistas com gestores educacionais, entrevistas e observações no contexto onde a política é efetivamente colocada em prática, análise de dados estatísticos, etc" (Mainardes, 2006b, p.101).

Ainda, a abordagem do ciclo de políticas, como referencial analítico para políticas educacionais, pode ser utilizado associado a outros referenciais teóricos mais específicos.

Estudos sobre as Políticas Públicas Educacionais e o Ciclo de Políticas

Os recentes estudos, na área da educação, têm apontado a necessidade de se compreender como as políticas públicas educacionais são definidas, propostas e elaboradas e, mais particularmente, implantadas nos âmbitos das redes públicas e privadas.

nº especial

Desenvolvimento Curricular e Didática

Indagatio Didactica, vol. 6(3), outubro 2014 ISSN: 1647-3582

A rede pública educacional brasileira atende a um grande contingente de estudantes matriculados na Educação Básica obrigatória no país, dos 4 aos 17 anos de idade. O estado brasileiro, através do Ministério da Educação (MEC), normatiza a educação nacional indicando diretrizes e linhas de ação emanadas através de decretos, portarias, pareceres e regulamentações. Esses textos legais e normativos servem como referência para que as escolas de educação básica de todo o país possam pautar as ações nas redes de ensino federal, estaduais e municipais[2].

Desse modo, entende-se que os princípios que orientam as políticas nacionais para a escolarização de alunos repercutem, diretamente, nas redes federal, estaduais e municipais, tanto no âmbito da gestão quanto na perspectiva do financiamento para a educação. Isto faz supor que há relação entre os princípios que orientam as políticas nacionais, direcionados para ações associadas à educação escolar, e as pautas de trabalho dos gestores. Estes, algumas vezes, desenvolvem estratégias para se aproximar das propostas do Governo Federal, no intuito de subsidiarem melhorias em infraestrutura física e pedagógica, em formação continuada[3]de professores e em inovação quanto às propostas educacionais para o alunado em processo de escolarização.

Nesse sentido, Ball (1994) traz uma perspectiva de entendimento importante ao dizer que rejeita completamente a ideia de que as políticas são implementadas. "*Eu não acredito que políticas sejam implementadas, pois isso sugere um processo linear pelo qual elas se movimentam em direção à prática de maneira direta*" (Ball, 1994, p. 305). Ou seja, este autor considera que o processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo, envolve diferentes atores, suas concepções e interpretações reinterpretadas acerca do tema e das possibilidades de tornar a política prática. Tal afirmativa pode parecer contraditória, mas possibilita refletir sobre a intensa mobilidade e flexibilização prevista no processo de formulação e implementação de uma política pública educacional. O entendimento de que todos os envolvidos são atores do processo faz com que a abordagem linear seja rechaçada e vista como improvável nesta abordagem teórica.

Mainardes (2013) realizou um levantamento das pesquisas e publicações brasileiras que usam as ideias de Ball, no período de 2003 a 2013, e chegou ao total 128, assim distribuídas: 1 livro, 12 capítulos de livros, 40 artigos de periódicos, 26 teses de Doutorado e 49 dissertações de Mestrado. Dentre os inúmeros estudos que adotam o ciclo de políticas como referencial teórico-analítico, apresentam-se alguns que se dedicaram ao estudo da formulação e da implementação das políticas públicas educacionais.

No contexto internacional, Fulcher (1999) realizou estudo baseado na análise de discurso sobre o desenvolvimento e a implementação de políticas de integração de alunos com necessidades especiais em Victoria (Austrália). A autora observou que o discurso sobre "direitos", articulado

[2] Nos 192.676 estabelecimentos de educação básica do País, estão matriculados 50.545.050 alunos, sendo 42.222.831 (83,5%) em escolas públicas e 8.322.219 (16,5%) em escolas da rede privada. As redes municipais são responsáveis por quase metade das matrículas (45,9%), o equivalente a 23.224.479 alunos, seguida pela rede estadual, que atende 37% do total, 18.721.916 alunos. A rede federal, com 276.436 matrículas, participa com 0,5% do total. Fonte: Censo Escolar da Educação Básica 2012, Resumo Técnico. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf Acesso em: 28 de fev. 2014.

[3] Incluem-se, na categoria formação continuada, todas as ações de formação que acontecem no âmbito da escola ou da rede municipal, tais como palestras, oficinas, grupos de estudo, seminários, eventos de natureza educativa e que promovam a formação em serviço do profissional da educação.

Indagatio Didactica, vol. 6(3), outubro 2014 ISSN: 1647-3582

pelos pais dos alunos, conflitava com o discurso do profissionalismo dos educadores que atuavam na educação especial. Segundo a autora, em suas conclusões, os embates e disputas ocorrem em todos os níveis envolvidos na formulação e implementação da política. O modelo proposto por Fulcher (1999) pressupõe uma análise de discurso dos diferentes níveis e arenas do aparato educacional.

No Brasil, estudos como o de Borborema (2008) investigaram a reformulação da política curricular da rede municipal de educação de um município do Rio de Janeiro, articulando os planos macro e micro. O estudo mostrou o processo de bricolagem nos diferentes contextos e inferiu que o texto escrito da proposta pedagógica que compõe a política educacional municipal tomou um formato próximo ao que Ball define como readerly. Foram analisados os processos de recontextualização da política no contexto da prática, identificando interpretações e posicionamentos dos profissionais no contexto local.

O estudo de Duso e Sudbrack (2008), realizado na rede pública estadual do Rio Grande do Norte, traz reflexões sobre as interrelações entre a política e a gestão educacional, consideradas fundamentais na qualificação do processo democrático. Os gestores locais entrevistados evidenciaram suas posições acerca da proposta de alteração curricular referendada pelo poder público local, dando visibilidade à forma como as políticas educacionais são reinventadas no contexto micro.

Também na perspectiva de estudos que analisam a posição dos gestores locais, Amaral (2010) se propõe a analisar as implicações trazidas pela política de gestão da Educação Básica, implementada pelo governo estadual do Rio Grande do Sul, compreendendo os processos de negociação e contestação dos diferentes sujeitos envolvidos na constituição de uma agenda para a educação. Utilizou-se neste estudo, como forma de sistematizar o processo, a abordagem do ciclo de políticas a fim de acompanhar diferentes movimentos do governo estadual: o contexto da influência, o contexto da produção do texto e o contexto da prática. A pesquisa realizada identificou três pontos de tensão: as concepções de gestão pública, as concepções de gestão educacional e a constituição de uma agenda para a educação. Nesse sentido, conclui-se que as políticas fortaleceram a visão gerencial na educação, justificando e legitimando a lógica do mercado como indutora de uma qualidade voltada para o sistema de capital.

Para finalizar, apresenta-se o estudo realizado por Mafassioli (2011), o qual avalia a implementação do Plano de Ações Articuladas (PAR) em um município da região metropolitana da capital do Estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa se propôs a analisar a implementação do PAR com foco na gestão da execução deste plano, abrangendo a institucionalidade e as práticas no sistema municipal de ensino e nas relações com o poder público. O marco metodológico do estudo abrangeu noções de análise e de avaliação de políticas públicas, bem como a metodologia do ciclo de políticas. A análise do contexto de influência, da produção de texto e de prática contribuiu para caracterizar o local de pesquisa e os atores envolvidos na fase de implementação. Os resultados do estudo indicaram que a gestão da execução do programa ocorre de forma centralizada e que os gestores das escolas municipais possuem pouco conhecimento e informações sobre o programa, evidenciando as tensões e vigores das disputas no contexto local.

Ainda, Sudbrak (2012) analisa a possibilidade de ressignificar uma política educacional à luz do ciclo de políticas de Ball, e apresenta uma investigação que analisa a enturmação de alunos em séries e turmas do ensino fundamental. A autora afirma que o "*pensamento de professores e dos profissionais*

Indagatio Didactica, vol. 6(3), outubro 2014 ISSN: 1647-3582

pode interferir na implementação das políticas, através de suas traduções e interpretações" (Sudbrak, 2012, p.6).

Viegas (2014) realizou estudo que teve como objetivo compreender o processo de reconfiguração das proposições que vinculam a educação especial e a educação regular dos alunos com deficiência, considerando os contextos, os espaços decisórios de uma rede municipal de ensino e o investimento em espaços alternativos – centros de atendimento – como possibilidade de apoio complementar à escolarização. Neste caso, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo que, no plano da ação metodológica, investiu prioritariamente na análise documental e na interlocução com os atores sociais envolvidos por meio de entrevistas semiestruturadas. Essas estratégias auxiliaram nas análises das políticas públicas voltadas para a educação especial, associadas às singularidades de um contexto de rede pública municipal na região metropolitana de Porto Alegre.

Nessa perspectiva, o referido estudo investiu na reflexão baseada em pesquisas que abordam a temática das políticas públicas educacionais, tendo como um referencial prioritário a abordagem do ciclo de políticas segundo as proposições de Ball (1992, 1994). Na análise de ressignificação interpretativa dos textos nacionais e na produção das políticas locais, observou-se uma reconfiguração significativa, visto que a escolarização dos alunos com deficiência tende a alterar seu caráter substitutivo da frequência às escolas regulares, assim configurado por um período histórico expressivo na rede municipal estudada, passando a ocupar o lugar complementar ou suplementar no processo de educação desses alunos.

Viegas (2014, concluiu que a reconfiguração da educação especial nessa rede municipal de ensino tenha se reestruturado com base na obrigatoriedade da dupla matrícula como argumento legal que impulsionou as práticas no sentido de tornar a escolarização dos alunos com deficiência obrigatória nas escolas regulares, nas classes comuns. Essa reconfiguração teve como eixo a transformação da escola especial pública municipal, que atendia alunos com deficiência, em centro de atendimento educacional especializado. O estudo mostrou que temas são considerados eixos de referência para essa reconfiguração: a mudança no perfil do alunado da educação especial; a elaboração da proposta pedagógica do Centro; a participação da comunidade e da família; a escolarização considerada como um direito do aluno e dever da família e do poder público, além da importância conferida à formação docente abarcando os diferentes profissionais envolvidos nas ações constitutivas do currículo e da política educacional.

De diversas formas, as pesquisas que utilizam o ciclo de políticas como referencial de análise abordam diferentes aspectos da política educacional em seus contextos. As análises em geral incluem os macro e os micro contextos, analisando o papel dos docentes e gestores na tomada de decisão na comunidade local, com base nas políticas educacionais traçadas em âmbito nacional. Observa-se que há uma releitura e um papel ativo dos atores educacionais desde à formulação até a implementação das políticas públicas educacionais traçadas nacionalmente.

Conclusões

O presente estudo se propôs a identificar elementos do ciclo de políticas que contribuem para a compreensão dos processos de formulação e de implementação das políticas públicas educacionais. Para tanto, realizou-se um breve estudo teórico de retomada dos referenciais de Ball (1992, 1994,

Indagatio Didactica, vol. 6(3), outubro 2014 ISSN: 1647-3582

2006), como também foram apresentados alguns estudos que adotaram essa perspectiva de análise de pesquisa.

Para o autor, as políticas colocam para as pessoas problemas que precisam de respostas. Elas não dizem o que fazer, mas estabelecem metas, criam circunstâncias em que as soluções possíveis precisam ser pensadas pelos atores envolvidos no processo educacional, docentes, gestores, alunos, comunidade em geral.

A abordagem do ciclo de políticas parece ter uma potencialidade relevante para a investigação de políticas educacionais, principalmente no contexto brasileiro onde há a carência de referenciais analíticos consistentes (Mainardes, 2006b).

Conclui-se que na abordagem do ciclo de políticas, as diferentes instâncias decisórias assumem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais, e o que os atores sociais envolvidos pensam e acreditam faz parte do processo de formulação e de implementação das políticas públicas. Não há processo neutro ou isento de disputas, embates, tensões, pois essas fazem parte do processo e revelam as diferentes concepções dos docentes e gestores com poder decisório. Há disputas de poder e os discursos revelam essas diferentes nuances na formulação e na implementação de uma política educacional.

Os ciclos de políticas se constituem como uma forma de análise de pesquisa, a qual dá visibilidade às diferentes concepções e a propostas na constituição de uma política educacional. Os pesquisadores que adotam essa perspectiva estudam, em geral, as políticas públicas educacionais aplicadas a um contexto local, seja na rede estadual ou na rede municipal de ensino, e a abordagem auxilia na análise dos contextos implicados pela perspectiva de Ball (2006).

Sob esse enfoque, conclui-se que a perspectiva do ciclo de políticas contribui na análise dos contextos do processo de formulação de uma política que abarcaria as influências dos diferentes grupos envolvidos. Da mesma forma, na implementação, o contexto da produção do texto, que normalmente é articulado com a linguagem do interesse público mais geral e se constitui como resultado de disputas e acordos, precisa ser considerado na análise nesta perspectiva. E, por último, considera-se o contexto da prática, que é onde a política está sujeita a interpretações e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original.

Por fim, destaca-se que toda pesquisa revela um momento, um olhar e reflexões possíveis acerca da temática analisada. Desta forma, pretende-se deixar algumas contribuições a fim de desencadear novos estudos sobre a temática em questão.

Indagatio Didactica, vol. 6(3), outubro 2014 ISSN: 1647-3582

Referências Bibliográficas

Amaral, J. C. S. R. (2010). A política de gestão da educação básica na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul (2007-2010): o fortalecimento da gestão gerencial. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, BR-RS.

Ball, S. e Bowe, R. (1992). Subject departments and 'implementation' of National Curriculum policy: an overview of the issues. Journal of Curriculum Studies, v. 24, n. 2, p. 97-115.

Ball, S. (1994). Education reform: a critical and post-structural approach. Buckinghan: Open University Press.

Ball, S. (2006). Sociologia das políticas educacionais e pesquisas crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa política educacional, Currículo sem fronteiras, v. 6, n. 2, p.10-32, jul./dez.

Ball, S. (2009). Entrevista com Stephen Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr.

Barretto, E.S.S. (2009). Perpectivas teóricas e metodológicas da pesquisa em política educacional na atualidade. MEC/Anped: Brasília, 3 a 5 de setembro.

Borborema, C. D. L. (2008). Política de ciclos na perspectiva do ciclo de políticas: interpretações e reconstextualizações curriculares na rede municipal de educação de Niterói/RJ. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Duso, A. P. e Sudbrack, E. M. (2010). Políticas Educacionais: textos, contextos e práticas – possíveis interfaces. Vivências: Revista Eletrônica da Extensão da URI,v. 6, n.11, p.65-80, out.

Fulcher, G. (1999). Disabling policies? A comparative approach to education and disability. Sheffield: Philip Armstrong.

Losada, R. (2010). Enfoques para el análisis político. Bogotá: Editorial Pontifícia Universidad Javeriana.

Mafassioli, A. S. (2011). Plano de ações articuladas: uma avaliação da implementação no município de Gravataí/RS. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS.

Mainardes, J. (2006a). A abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p.47-69, jan./abr.

Mainardes, J. (2006b). A abordagem do ciclo de políticas e suas contribuições para a análise da trajetória de políticas educacionais. Atos de Pesquisa em Educação, PPGE/ME FURB, v.1, n.2, p.94-105, mai/ago.

Mainardes, J., Ferreira, M. S. e Tello, C. (2011). Análise de políticas: fundamentos e principais debates teóricos-metodológicos. In Ball, S., Mainardes J. Políticas educacionais: questões e dilemas

Indagatio Didactica, vol. 6(3), outubro 2014 ISSN: 1647-3582

(pp.143-1720. São Paulo: Cortez.

Mainardes, J. (2013). As contribuições de Stephen J. Ball para a pesquisa educacional no contexto brasileiro: análises e reflexões. Paraná: Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: http://www.fe.unicamp.br/stephenball/apre-mainardes.pdf. (acedido a 25 fevereiro de 2014).

Oliveira, A. e Lopes, A. C. (2011). A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso. Cadernos de Educação, FaE/PPGEDU/UFPel. Pelotas, n. 38, p. 19-41, jan./abr.

Sudbrak, E. M. (2012). Políticas educacionais: ressignificando a medida da enturmação na região norte do Rio Grande do Sul. IX ANPED Sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Caxambu.

Viegas, L. T. (2014). A reconfiguração da educação especial e os espaços de atendimento educacional especializado: análise da constituição de um centro de atendimento em Cachoeirinha/RS. Tese (doutorado) – Univesidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.